

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF
(2014/0107419-6)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : OSMARINA DA SILVA BRAGA
INTERES. : OSVALDINA ROCHA DOS SANTOS
INTERES. : PALMIRA VASCONCELOS DIAS
INTERES. : PATRICIA DE ARAUJO MATOS
INTERES. : PATRICIA DOS SANTOS VASCONCELOS
INTERES. : PAULA TEIXEIRA MONTEIRO
INTERES. : PEROLINA DA PENHA ESPINDOLA TAVARES
INTERES. : PRISCILA DE ARAUJO MATOS
INTERES. : RAIMUNDA ANGELICA SANTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026
INTERES. : RAIMUNDA DE CARVALHO RIBEIRO
INTERES. : RAIMUNDA ELINETE DE BRITO PAES
INTERES. : REGIANE DE OLIVEIRA MOREIRA
INTERES. : REJANA DA COSTA SEABRA
INTERES. : RENATA RIANE RIBEIRO RODRIGUES
INTERES. : RICARDO DE MORAIS PASTANA
INTERES. : ROBERTA DOS SANTOS VIANA
INTERES. : RODRIGO RIBEIRO RODRIGUES
INTERES. : ROSA MARIA DE OLIVEIRA CASTRO
INTERES. : ROSA MARIA FERREIRA DANTAS SOARES
INTERES. : ROSALVO DO NASCIMENTO GUERREIRO
INTERES. : ROSANA LEITE MARQUES
INTERES. : ROSANE DA COSTA SEABRA
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026
INTERES. : ROSIANE DO SOCORRO ALMEIDA FRAZAO TAVARES
INTERES. : RUANE DA COSTA SEABRA
INTERES. : SAFIRA REIS BORGES

DECISÃO

Determinado o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Execução Judicial para elaboração de novos cálculos por força da decisão de fls. 762-765, esta prestou as informações às fls. 768-864.

A esse respeito, a UNIÃO externou discordância da manifestação da CEJU, aduzindo que "as cotas de pensão utilizadas no cálculo do substituído RODRIGO RIBEIRO RODRIGUES foram majoradas entre os meses de janeiro e novembro de 2004".

Superior Tribunal de Justiça

A despeito de intimada para se pronunciar acerca da vista das informações e planilhas de cálculos juntadas às fls. 768-864, a parte exequente não se manifestou.

É o relatório. Decido.

Extraí-se da manifestação da UNIÃO que sua discordância diz respeito às contas "nos totais de **R\$ 1.285.321,05 (IPCA-e)** e **R\$ 222.992,33 (TR)**, ambos atualizados até **dezembro/2019**, tendo em vista as inconsistências expostas no item precedente". Em seu parecer técnico, afirma ter apurado "o montante de **R\$ 1.284.336,23**, atualizado pelo **IPCA-e** até **dezembro/2019**, representando um excesso de execução **R\$ 984,82**, e o montante de **R\$ 222.381,96**, em **dezembro/2019**, gerando o excesso de **R\$ 610,37**, caso seja determinada a aplicação da **TR**".

Considerando, portanto, que a irresignação do ente público executado em relação aos cálculos da CEJU diz respeito apenas ao substituído RODRIGO RIBEIRO RODRIGUES, mostra-se, possível, portanto, a expedição de requisitórios em relação aos demais.

Nesse sentido, **à exceção de RODRIGO RIBEIRO RODRIGUES, determino** a expedição das requisições de pagamento em favor dos demais substituídos, as quais devem ser feitas com base no cálculo elaborado pela TR, ficando resguardada a possibilidade de expedição de precatório/RPV complementar para requisição dos valores relativos à referida diferença quando transitar em julgado o **RE 870.947/SE** (no qual se discute a aplicabilidade do índice de correção monetária às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública), observando eventuais modificações.

Outrossim, fica autorizada, desde já, a expedição de requisições de pagamento de valor complementar, nos termos acima expostos.

Ademais, esclareço que nos valores requisitados deverão ser computados juros de mora até a data da expedição das requisições, nos termos do que ficou decidido pelo STF no julgamento do **RE 579.431/RS**, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema nº 96, fixou a tese de que incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção